

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS RIO VERDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E
PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

ALDO ARISTIDIS BORGES

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA
PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**RIO VERDE – GO
2021**

ALDO ARISTIDIS BORGES

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA
PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano como requisito parcial de avaliação para a obtenção do título de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas.

Orientador: M.e Eduardo José Pacheco

**RIO VERDE – GO
2021**

Borges, Aldo Aristidis

B732e Estratégia Nacional de Educação Financeira como Política Pública da Educação Básica / Aldo Aristidis Borges. – Rio Verde – 2021.
24f. : 1il.

Monografia (Especialização) – Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, 2021.

Orientador: M.e Eduardo José Pacheco.

1. Educação Financeira. 2. Políticas Públicas. 3. ENEF. I. Estratégia Nacional de Educação Financeira como Política Pública da Educação Básica. II. Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde.

CDD

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Aldo Aristidis Borges

Matrícula: 2019202302360024

Título do Trabalho: Estratégia Nacional de Educação Financeira como Política Pública da Educação Básica

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: ___/___/___

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rio Verde, 25/8/21
Local Data

Aldo A. Borges.
Aldo Aristidis Borges (Autor/discente)

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
M.e Eduardo José Pacheco (orientador)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 3/2021 - DPGPI-RV/CMPRV/IFGOIANO

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

ATA n. 23

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30 (catorze horas e trinta minutos), reuniram-se os componentes da banca examinadora, em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de trabalho final de curso, em nível de Especialização, de autoria de **ALDO ARISTIDIS BORGES**, discente do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Eduardo José Pacheco, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor para, em vinte minutos, proceder à apresentação de seu trabalho intitulado **Estratégia Nacional de Educação Financeira como Política Pública da Educação Básica**. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o examinado, tendo-se adotado o sistema de pergunta e resposta. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa em sessão reservada. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Formação de Professores e Práticas Educativas, e registradas as correções recomendadas, o trabalho de conclusão de curso foi **APROVADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega, na secretaria do Curso, da versão definitiva do Trabalho de Curso, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição em até 60 (sessenta) dias da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Curso, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Nome	Instituição	Função
M.e Eduardo José Pacheco	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Presidente - orientador
Dra. Rosimeire Montanuci	Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Cuiabá-Bela Vista	Membro externo
M.ª Patrícia Gouvêa Nunes	Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde	Membro interno

Documento assinado eletronicamente por:

- **Patrícia Gouvea Nunes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 20/05/2021 14:30:43.
- **Rosimeire Montanuci, Rosimeire Montanuci - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde (10651417000500)**, em 26/03/2021 16:43:05.
- **Eduardo Jose Pacheco, PEDAGOGO-AREA**, em 26/03/2021 16:31:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 253396
Código de Autenticação: e7b0ab731a



RESUMO

Este estudo tem o objetivo de verificar se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada com o intuito de inserir conceitos ligados à gestão do dinheiro e às finanças pessoais no currículo das escolas brasileiras, se constitui como uma política pública para a educação, ou apenas como uma iniciativa isolada e desarticulada. Para isso, além de procurar entender os contextos da educação financeira no Brasil, apresentamos conceitos de políticas públicas e analisamos essas informações confrontando o histórico e os objetivos dessa Estratégia. As metodologias bibliográfica e documental foram utilizadas para a realização desta pesquisa, sendo Leonardo Secchi (2015), a principal base teórica utilizada acerca das políticas públicas. Chegou-se à conclusão de que a ENEF se encaixa em quase todas as etapas do ciclo de políticas públicas apresentado por Secchi, bem como está articulada com outros órgãos, entidades e ações, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece o ensino de educação financeira na educação básica como tema transversal. Concluiu-se, portanto, que a ENEF se constitui como política pública para a educação, tendo grande potencial de contribuição social e à economia caso suas ações sejam ampla e corretamente utilizadas.

Palavras-chaves: Educação Financeira. Políticas Públicas. ENEF.

ABSTRACT

This study aims to verify if the National Strategy for Financial Education (ENEF, in Portuguese), created with the goal of inserting concepts related to money management and personal finances in the curriculum of the Brazilian schools constitutes itself as a public policy for education or just as an isolated and disjointed initiative. For this purpose, besides seeking to understand the contexts of financial education in Brazil, it presents concepts of public policies and analyze the introduced information by comparing the history and goals of this Strategy. Bibliographic and documentary methodologies were chosen to carry out this research, which had Leonardo Secchi (2015) as the main theoretical basis used. It was concluded that ENEF fits into almost all stages of the public policy cycle presented by Secchi, as well as it is articulated with other governmental agencies, entities and actions, such as the *Base Nacional Comum Curricular* (Common Core Curriculum), which establishes financial education teaching on elementary, secondary and high school education as a crosswise theme. Therefore, it was concluded that ENEF is a public policy for education, with great potential for social and economic contribution if its actions are widely and correctly used.

Key words: Financial Education. Public Policy. ENEF.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONTEXTOS	08
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3 ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO?	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

Educação Financeira não se trata somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É bem mais que isso. Ter educação financeira é buscar uma melhora na qualidade de vida no presente e no futuro, visando a segurança material necessária para o cotidiano e, ao mesmo tempo, obter uma garantia para eventuais imprevistos.

Por isso, iniciar o processo de educação financeira desde a infância juntamente com as demais disciplinas curriculares na escola, fará com que um estudante, ao chegar à vida adulta, consiga lidar com as finanças pessoais e, assim, possa viver uma vida mais estável. Um texto que faz essa reflexão é *O elemento financeiro e a educação para o consumo responsável*, de Abdala Mohamed Saleh e Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh (2013), que analisam o tema da educação financeira procurando situá-lo no âmbito da Educação para o consumo responsável. A importância de se ter a educação financeira é que se possa dominar ferramentas para que a pessoa, especialmente o estudante, perceba que ele pode ter uma vida melhor, que tenha a possibilidade de se planejar financeiramente.

Vale ressaltar a importância dessa formação não só no jovem, mas em todos os cidadãos, pois esse conhecimento contribui para a sua constituição de cidadão, aprendendo não apenas a estabelecer uma relação saudável com o dinheiro, mas também a compreender seus direitos e deveres em sociedade.

No entanto, trabalhar esse tema nas escolas não é tão fácil como parece, pois, há diversos empecilhos até chegar ao resultado esperado, a começar pelo despreparo dos professores quanto ao assunto. A realidade é que essas aulas ainda não chegaram à grade da maioria das escolas do Brasil já que muitos professores não tiveram formação/treinamento para trabalhar o assunto, sendo a capacitação desses profissionais um primeiro passo neste processo.

Deve-se entender que a formação continuada precisa ser compreendida como um processo permanente, integrado ao cotidiano da sala de aula. Assim, o governo brasileiro apresentou uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), elaborado por especialistas, em que apresenta uma proposta pedagógica para a formação de estudantes, disponibilizando diversos materiais e livros sobre o tema.

Ainda sobre a ENEF, o texto *O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil* de Márcia Pereira Cunha (2020) trata exatamente sobre o estudo para a implementação dessa Estratégia voltada a desenvolver o tema de educação financeira nas escolas. A ENEF, uma iniciativa governamental, e foi lançada em 2010 e renovada em 2020, com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária da

população. Dessa forma, cabe o questionamento: essa *Estratégia Nacional de Educação Financeira* pode ser considerada uma política pública para a educação? Para responder a esse questionamento, temos que compreender primeiro o que é a ENEF, o que levou à sua proposição e criação e o que são políticas públicas.

Portanto, esta pesquisa se propôs a contextualizar os caminhos que levaram à criação dessa Estratégia e compreender seus objetivos e funcionamento, bem como introduzir conceitos sobre políticas públicas de forma a compreender se se trata realmente de uma política pública para a educação ou apenas uma ação governamental isolada.

A construção desse itinerário neste texto começa pela contextualização da situação econômica e de educação financeira no Brasil, passando por uma apresentação de conceitos sobre política pública e, por fim, fazer um cruzamento dessas informações de modo a tentar responder ao questionamento anterior. Para isso, utilizou-se métodos da pesquisa bibliográfica e documental, sendo Leonardo Secchi (2015) a principal base teórica acerca da temática das Políticas Públicas.

1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONTEXTOS

Nos últimos anos, em todo o mundo, mas especificamente no Brasil, o tema *educação financeira* tem se tornado cada vez mais recorrente e isso tem acontecido por diversos motivos, mas podemos destacar como principal a crise econômica. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, cerca de 14,1 milhões de pessoas estão desempregadas, exigindo maior racionalidade no uso da moeda.

Com a crise, surgiu uma grande busca por práticas ligadas à educação financeira, mas para que isso possa ser feito da forma correta, é necessário, primeiro, que as pessoas entendam o que é a *educação financeira*.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005), educação financeira é o processo que permite melhorar a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros, se tornando capaz de fazer escolhas de forma bem informada.

Sendo assim, podemos entender que educação financeira é basicamente a habilidade de entender como o dinheiro funciona, ou seja, não consiste apenas em aprender a poupar, cortar despesas e acumular capital. É a busca para uma melhor qualidade de vida, que pode proporcionar segurança material necessária e, ao mesmo tempo, garantias de que mesmo com qualquer imprevisto no presente ou futuro, as pessoas estejam resguardadas. Para quem deseja

valorizar o seu trabalho, a educação financeira é fundamental. Isso ocorre porque trabalha-se muito para conseguir o dinheiro a partir de seus esforços diários e não se quer vê-lo desperdiçado.

Por isso, de acordo com a página do BTG Pactual digital (2017) – empresa especializada em economia e finanças – a educação financeira ensina como atingir seus objetivos de vida a partir de dois pilares básicos: a organização das despesas e a destinação de recursos. Para isso, se faz necessário um planejamento. “O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos” (GITMAN, 2001, p. 434).

Além de evitar um orçamento apertado ao final do mês, a pessoa que faz planos financeiros para administrar seus próprios recursos também pode se proteger de situações ruins, como dívidas impagáveis. As ações futuras ficam dependendo de como os indivíduos se organizam e consideram que “o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas” (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 1995, p.525).

Quem tem uma boa gestão financeira tende a viver em um ambiente mais tranquilo e seguro sem se preocupar se as contas serão pagas no final do mês e/ou se ainda sobra dinheiro. Isso sem falar que quando a situação financeira é boa, é possível formar reservas para começar a investir.

Um erro muito comum é pensar que a gestão financeira pessoal se destina apenas a pessoas com rendimentos mais elevados, como grandes empresários, celebridades ou outras pessoas com altos rendimentos. Entretanto, qualquer pessoa, independentemente do nível salarial, pode e deve aprender sobre finanças pessoais, principalmente para aplicá-las no dia a dia.

Kiyosaki (2002, p.5) entende que a educação financeira deveria ser ensinada às pessoas desde os primeiros anos de vida. Mas esse não é um tema amplamente discutido em nosso País. Existe ainda um antigo hábito de não se ensinar o princípio do funcionamento do dinheiro desde a infância, principalmente um método de gestão mais adequado. Com isso, é comum que as pessoas cheguem à idade adulta sem saber como lidar com sua própria situação financeira.

A educação financeira não pode ser um privilégio para crianças ricas ou de classe média. São justamente as classes mais baixas da população que devem ser priorizadas nesse aspecto. Mais importante ainda, essas pessoas com poucos recursos é que precisam aprender urgentemente como ganhar, gastar e poupar dinheiro.

Incluir esse tema nas escolas do País para crianças com diferentes situações financeiras poderá aumentar as chances de as pessoas saberem como administrar melhor o dinheiro no futuro. Isso pode refletir positivamente na economia do País, pois, no futuro, teremos boas chances de termos menos pessoas endividadas e mais pessoas utilizando o dinheiro de maneira consciente.

Os benefícios da educação financeira não se limitam somente àqueles que a praticam, então, quanto mais pessoas tiverem acesso a esse tipo de informação, melhor para a sociedade. Especialmente quando falamos de alguém que dirija uma família e precisa que todos os seus membros usem o dinheiro conscientemente para alcançar a harmonia financeira familiar.

O melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira, por sua vez, contribui para o bem-estar coletivo, seja porque dessa melhor qualificação resultará sistema financeiro mais sólido e eficiente, seja porque cada pessoa estará em melhores condições para lidar com as vicissitudes e os momentos difíceis da vida (ENEF, 2011, p.11).

Segundo Stehling e Araújo (2008, p.1) a educação financeira deve ser priorizada e iniciada o mais cedo possível para que se adquira uma relação saudável com o dinheiro.

Em entrevista concedida ao Jornal Gazeta do Povo, em fevereiro de 2020, o economista e mestre em finanças comportamentais Gerson Caner falou sobre como os brasileiros estão sem consciência financeira e como isso tem atrapalho suas vidas e também o desenvolvimento da economia. Segundo ele, isso acontece devido à falta de instrução base para lidar com as questões financeiras que surgem.

Caner vê como um avanço a inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular a partir de 2020.

Os países com melhores resultados no teste [Pisa¹], não coincidentemente, já têm educação financeira nas escolas desde o início deste século. No futuro próximo, uma escola que não forneça a disciplina de educação financeira será vista da mesma forma que uma escola que não ofereça educação física, artes ou idiomas (SPERANDIO apud CANER, 2020).

Em diversas pesquisas e estudos é possível ver como o Brasil é o país com o maior índice de inadimplência, e o menor índice de economia para aposentadoria. Isso porque as pessoas não se preparam pensando no futuro, elas vivem apenas o momento, na maioria das vezes gastando mais do que ganham.

¹ Programa Internacional de Avaliação de Alunos.

Em face a todas essas informações, percebe-se a necessidade de ações voltadas para o incentivo da promoção da educação financeira, sejam na escola, na mídia ou em quaisquer outros meios que se mostrem adequados de forma a atingir a maior parcela possível da população. A escola parece ser o ambiente mais adequado de todos, pois é um ambiente onde estudantes recebem não apenas instrução educacional formal, mas também é onde lhes proporcionam capacidade de começar a gerenciar por si mesmos sua vida em sociedade e, portanto, deve-se começar esse trabalho desde os primeiros dias de vida escolar, afinal, nesse espaço, damos o primeiro passo na construção de projetos de vida.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo das políticas públicas se desenvolveu e penetrou por múltiplas cooperações disciplinares e campos pertencentes a áreas afins. A discussão acerca dessa *área* abrange uma visão ampla de temas.

Leonardo Secchi (2015, p. 2), ao tratar de políticas públicas, afirma que “Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública”.

Apesar de não haver consenso, o autor considera que existem duas abordagens de estudos de políticas públicas: a estatista, que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” (Ibid., p.2) e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (Ibid., p.2).

Dessa forma a abordagem estatista concentra seus esforços analíticos nos atores estatais, sendo, esses, possuidores do monopólio na elaboração e execução das ações referentes às políticas públicas e, portanto, políticas públicas somente podem ser assim consideradas se partirem de instituições públicas.

Já a abordagem multicêntrica trabalha com variante quase ilimitada de atores. A definição para que uma ação tenha o caráter de política pública se dá quando ela é voltada à resolução de um problema público, independente de quem a execute, podendo ser organizações não-governamentais, organismos multilaterais, agentes ou instituições públicas, entre outros. Essa abordagem permite a qualquer ator social ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema a ser enfrentado seja um problema público, normalmente, coletivo. “Um problema público geralmente está relacionado a um excesso, uma escassez ou um risco” (SECCHI, 2016, p. 50).

Para a resolução desses problemas são necessárias formas de intervenção que servirão como instrumento para a elaboração e desenvolvimento da política pública. Algumas dessas formas podem ser realizadas através de planos que desenvolvam campanhas e leis, programas com incentivo de premiações, ações envolvendo obras em benefício da sociedade e até mesmo a utilização de multas, taxas e impostos.

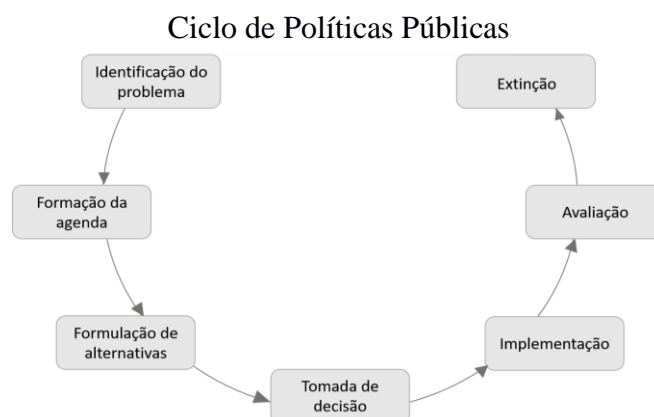
As políticas públicas como macrodiretrizes estratégicas são vistas como *estruturantes*, já programas e projetos são vistos como elementos *operativos*, e não como Política Pública. Para sintetizar, podemos usar a *metáfora do cabo de aço* em que Secchi (2015, p.8) fala da coordenação das políticas públicas. Ele representa uma macropolítica como um cabo de aço, formado pelo entrelaçamento de pernas e arames, que representam políticas menores e mais específicas, operacionais, mas que coordenados, formam um cabo de aço mais robusto e resistente.

Usar essa metáfora faz parecer que a políticas públicas são coerentes, organizadas e de tamanho único, mas nos processos das políticas públicas, nem sempre há coordenação, ou seja, não necessariamente todas as etapas acontecem e/ou são organizadas.

Vale ressaltar que, na concepção do autor, o problema ganha status de público quando os atores políticos passam a considerá-lo como tal, quando realmente o percebem como sendo um problema relevante para a coletividade.

O termo “política pública” não incorpora uma única dimensão da política, mas sim um conjunto de processos que podem ser desagregados em etapas que, no todo, são denominados por “ciclo de política pública”

O ciclo de políticas é uma forma gráfica e pedagógica de se estudar políticas públicas, uma vez que elas são diversas e apresentam grandes diferenças entre si, tanto institucionais quanto em relação aos atores envolvidos nas suas diferentes fases. O ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2015) é composto de sete etapas:



Fonte: Secchi, 2015, p. 43.

Quando se fala da identificação de um problema, no âmbito das políticas públicas, estamos falando sobre o que é considerado como problema público. Dessa forma, é aquilo que é percebido pelos atores sociais ou políticos como um *risco, escassez ou excesso* e, conseqüentemente é encarado como um problema.

A formação da agenda de políticas públicas é a seleção dos problemas identificados que terão prioridade nas ações a serem elaboradas e implementadas na busca da sua resolução. Assim, agenda é o conjunto de problemas e temas que são relevantes para determinado(s) ator(es) e podem compor um plano de governo, por exemplo.

Uma vez definida a agenda, é necessário estabelecer possíveis soluções para resolver o problema e tentar medir as conseqüências e o impacto das ações que eventualmente serão adotadas. É neste momento que, idealmente, diversos atores se juntam para estudar, discutir e elaborar possíveis soluções viáveis de serem implementadas para a solução dos problemas. Escolhida uma alternativa, nas suas discussões e trabalhos, será possível formular estratégias e definir metas.

Já o momento da tomada de decisão, acontece quando os agentes com capacidade de promoção e implementação de políticas públicas avaliam tudo o que surge na formulação das alternativas e adotam os métodos que julgam ser os mais eficazes ou mais vantajosos possíveis para a solução do problema.

Uma vez escolhida e elaborada, a política pública precisa ser implementada. É nesse ponto que normalmente se verificam diversos pontos como: disponibilidade dos recursos; número de elementos (agências ou departamentos) envolvidos no processo de implementação; se há resistência aos comandos das lideranças do processo de implementação, etc. Sendo esses apenas alguns exemplos do que deve ser analisado. O grande desafio da fase de implementação é fazer com que uma política pública *vingue*.

A etapa de avaliação de uma política pública deve acontecer ao longo de todo o processo. A avaliação da política pública deve acontecer antes da sua implementação, durante e depois. Sendo ela uma etapa crucial para o sucesso e continuidade das políticas públicas. É a avaliação que demonstrará se os seus objetivos foram ou não atingidos, e se foram atingidos da melhor maneira possível. É necessário avaliar continuamente o impacto da política pública, verificar constantemente se o problema inicial está sendo resolvido ou se, ao menos, o problema tem sido atenuado.

Durante essas avaliações, caso sejam identificados problemas no momento da implementação ou execução, esses devem ser corrigidos para que não atrapalhem os objetivos e metas almejados pela política pública. O monitoramento deve ser realizado pelos próprios

responsáveis pela política pública ou por um órgão de controle. À medida em que as políticas cumprem o seu papel de solução ou amenização do problema inicialmente alvo das suas ações, elas podem ser extintas ou modificadas para atenderem a novas necessidades e solucionar novos problemas que eventualmente surjam no percurso.

Segundo Leonardo Secchi, o ciclo de políticas públicas é uma forma de visualizar e interpretar uma política pública. Não necessariamente acontecem todas as etapas ou, não acontecem na ordem apresentada. Por isso vale reforçar que o ciclo é apenas uma forma gráfica e didática de apresentação das etapas para facilitar a compreensão dos processos.

3 ESTRATÉGICA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO?

Educação financeira é bem mais do que apenas planilhas, cálculos e investimentos. Ela é também a compreensão da realidade financeira e orçamentária própria, dos planos de vida, da prevenção para imprevistos e das conquistas pessoais e coletivas. Esse tema perpassa todos os campos, dialoga com diversas disciplinas do ensino fundamental e médio, e deve também ser introduzido desde a educação infantil.

Se introduzida desde a infância, a educação financeira pode ajudar a reduzir o número de pessoas endividadas no futuro, evitar conflitos familiares, e ainda garantir uma aposentadoria que seja suficiente para que se possa viver tranquilamente.

Hoje, de acordo com as determinações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), o ensino da educação financeira é obrigatório no ensino infantil e fundamental, sendo um tema transversal, devendo ser abordado em diversas disciplinas e atividades de forma contextualizada.

Na educação infantil, por exemplo, podem-se utilizar materiais e atividades que gerem estímulos empreendedores e que contribuam para a autonomia das crianças, como a contação de fábulas, utilização de cofrinhos para incentivar e demonstrar como funciona o ato de poupar.

No ensino fundamental, o desenvolvimento da educação financeira pode se dar pela introdução de conceitos relacionados ao empreendedorismo. Para isso, os professores devem estimular os alunos para que eles realizem pesquisas de custos e demonstrações financeiras, sempre de forma adequada à faixa etária e aos conteúdos curriculares relacionados que estejam sendo abordados em sala de aula. Por ser tema transversal, essas ações podem e devem ser trabalhadas ao longo de todo o ano letivo.

Sendo assim, essa competência pode ser desenvolvida de acordo com o plano de cada instituição ou professor, mas estando sempre alinhada ao que traz a BNCC. Por sua vez, isso

traz uma série de desafios que vão desde a formação de professores, a oferta de material didático adequado e até mesmo a garantia de tempo para que os professores se dediquem ao preparo dessas aulas.

Mas antes mesmo da BNCC instituir como obrigatória a educação financeira nas escolas, esse tema já era tratado como importante para a educação, sendo que, em 2010, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de promover ações de educação financeira no Brasil.

A ENEF

é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal nº 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEF, 2017a).

Ela foi elaborada através de uma pesquisa nacional promovida pelos órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em que foi possível identificar que, a nível nacional, a educação financeira é limitada e insuficiente. Foi verificado também que as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes. Sendo assim, uma estratégia nacional de educação financeira se mostrava necessária.

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE em 2005, adaptado para a realidade brasileira. Entre os anos de 2002 e 2007, no Brasil, foi identificado pelo Coremec (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização) que a evolução econômica acompanhada de inclusão social contribuiu para impulsionar o desenvolvimento tanto para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) quanto para modificar a composição e distribuição de renda, o que trouxe diversos desafios, exigindo uma resposta estruturada e articulada pelo Estado e pela sociedade. Segundo o Documento *Brasil: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira* apresenta o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2007; onde foi demonstrado que aspectos sociais e econômicos mudaram bastante: a classe média aumentou e a pobreza extrema passou de quase 12% para 5% da população entre 1992 e 2007. Foram

observadas alterações significativas em aspectos demográficos: a expectativa de vida aumentou, necessitando de ajustes na regulação da previdência social. Essa mudança social e econômica trouxe impactos nos padrões de consumo, poupança e investimento.

Assim, o Coremec reuniu os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional com o objetivo de propor uma estratégia nacional de educação financeira. Ele constituiu um grupo de trabalho no ano de 2007 (denominado “Grupo de Trabalho do Coremec”). Esse grupo propôs, em 2009, um rascunho da Estratégia Nacional de Educação Financeira que foi validado pelos quatro reguladores e, em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.3977/2010 estabeleceu formalmente a ENEF, representando a fase de *tomada de decisão* no ciclo de políticas públicas.

Verifica-se que a ENEF está enquadrada no ciclo de políticas públicas seguindo quase todas as etapas. Para chegar à criação da ENEF, primeiro foi necessário entender as principais necessidades que deveriam ser atendidas, iniciando assim o ciclo de políticas públicas pela *identificação do problema*.

Essa etapa considerou três grandes fontes de levantamento, sendo elas: uma pesquisa nacional de educação financeira, em parceria com a BM&FBovespa, conduzida pela Data Popular, uma organização de pesquisa social, que tinha o objetivo de avaliar o nível de educação financeira das pessoas e apresentar em detalhes qual a relação das pessoas com o dinheiro visando alguns tópicos como orçamentos familiares, hábitos de gasto e poupança, formas de pagamento, crédito, investimento, previdência, seguros e capitalização, A segunda fonte analisada foram as experiências de outros países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia com relação ao desenvolvimento da economia através da educação financeira e pode ser observado que havia necessidade de educar financeiramente os cidadãos e, por último e não menos importante, a terceira fonte de análise foram os dados de consumidores coletados do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central (TEIXEIRA, 2015, p. 53).

Os dados coletados dessas fontes foram devidamente organizados e classificados, dando clareza ao problema identificado e permitindo dar início à *formação de uma agenda* em que há temas específicos a serem tratados por uma política que viria a ser estruturada. Dentre os temas classificados estão planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização, e proteção e defesa do consumidor.

Dessa forma cada regulador pode definir sua agenda com suas próprias iniciativas em cada área. A maioria dessas iniciativas tornaram-se programas setoriais de cada regulador depois que a ENEF foi estabelecida.

O Coremec iniciou consultas permanentes e contínuas com outros atores públicos e privados: autoridades estaduais e municipais, e associações de classe privadas. Esse processo foi estendido também a especialistas (em pedagogia, psicologia econômica, didática, comunicação), para que eles pudessem traçar novas direções de ensino da educação financeira para a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio.

Como resultado do processo de consulta, veio o planejamento da ENEF na forma de um Plano Diretor se pode encontrar descrições de cenários, desafios, diretrizes e recomendações de governança, podendo ser enquadrado no ciclo de políticas como *formulação de alternativas* uma vez que essa consulta visou buscar soluções viáveis para serem implementadas na solução dos problemas que foram identificados até aqui. (BANCO CENTRAL, 2013, p. 5). “O processo de consulta teve como resultado o delineamento da ENEF na forma de um Plano Diretor contendo descrições de cenários, desafios, um guia e uma proposta de governança” (Ibid, p. 5).

A *implementação* da estratégia aconteceu, em sua maior parte, com a parceria entre Conef (Comitê Nacional de Educação Financeira) e AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil).

O processo de *avaliação* ocorre periodicamente, o que permite que possam verificar a eficácia da implementação das ações em cada área, podendo fazer alterações que favoreçam a solução o problema. No *site* da ENEF, temos como exemplo de avaliação e monitoramento o relatório anual. Através dele é possível verificar o andamento das principais ações promovidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira e, quando necessário, são feitas alterações e ajustes, como foi o caso da edição e publicação do novo Decreto, em 2020.

Analisando os decretos de 2010 e o de 2020, verifica-se que Comitê Nacional de Educação Financeira - Conef foi extinto e um novo ente foi criado, o Fórum Nacional de Educação Financeira- FBEF. Já o objetivo principal do programa não mudou, mantendo o foco na formação em educação financeira de professores e alunos do ensino fundamental, médio, bem como de pessoas em situação de vulnerabilidade (idosos, aposentados, mulheres cadastradas em programas sociais, entre outros).

Como forma de apoiar a inserção do tema nos currículos de redes e escolas, uma mobilização multissetorial para promover a educação financeira elaborou uma série de materiais que podem ser usados por professores e alunos de todo o País. Esses materiais não são apenas pedagógicos, mas sim algo que esses alunos e professores possam utilizar em seu dia a dia. A ENEF mobiliza diversos setores para promover a educação financeira no Brasil e fortalecer a cidadania.

Para atingir seus objetivos, a estratégia se articula com órgãos e entidades governamentais e de algumas organizações da sociedade civil. Muitas das ações da ENEF dividem suas responsabilidades em múltiplos órgãos ou entidades, por isso são chamados de “programas transversais”, que podem ser replicados por qualquer organização interessada em promover a educação financeira no Brasil.

Até o momento, a ENEF implementou três programas transversais, sendo eles: Programa Educação Financeira nas Escolas; Programa Educação Financeira de Adultos e; Semana Nacional de Educação Financeira.

Programa Educação Financeira nas Escolas: com a proposta de implementar a educação financeira no ambiente escolar, o programa foca nos ensinos Fundamental e Médio para desenvolver nas crianças a cultura de planejar, prevenir, poupar, investir e consumir de forma consciente. Para isso, foi criada uma abordagem pedagógica que inclui atividades educacionais, materiais didáticos e livros (para o Ensino Fundamental) e materiais didáticos e livros de educação financeira que são disponibilizados gratuitamente em uma plataforma online aberta (para o Ensino Médio).

Programa Educação Financeira de Adultos: focado especialmente em aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, o programa criou tecnologias de educação financeira para: contribuir na gestão do orçamento familiar (no caso das mulheres) e reduzir o endividamento e auxiliar na tomada de decisões autônomas (no caso dos aposentados).

Semana Nacional de Educação Financeira: trata-se do principal programa transversal da ENEF: desde 2014, ele ocorre uma vez por ano em diversas cidades espalhadas pelo Brasil. São ações educativas gratuitas que promovem conscientização e orientação financeira para que as pessoas usem melhor seus recursos e saibam como utilizar os serviços financeiros a seu favor.

[...] A Semana ENEF costuma promover uma agenda oficial para guiar as ações educativas. Essa agenda representa uma oportunidade para que os órgãos públicos, privados e da sociedade civil compartilhem os programas de educação financeira e divulguem o tema em todo o Brasil. Ao realizar essas ações educativas, as entidades precisam respeitar o maior princípio da Estratégia Nacional de Educação Financeira: ser gratuita e acessível a todos. (CAPITAL NOW, 2020. Grifos do autor.)

Para a ENEF a educação financeira é um processo a ser desenvolvido por meio de três vertentes, sendo elas a Informação, a Formação e a Orientação. Para isso foi elaborado o documento “Orientações para Educação Financeira nas Escolas” (ENEF, 2017b) que apresenta um modelo conceitual para levar Educação Financeira às escolas. Ele foi elaborado a partir de contribuições de especialistas de diversas áreas, apostando numa postura participativa e cooperativa, partindo de uma problemática atual e apresentando um conjunto de princípios que devem nortear as ações necessárias para se atingir uma situação futura desejada. Essa proposta

tem como característica a flexibilidade, para permitir sua adaptação aos diferentes contextos escolares.

Nesse documento, “informação e formação” são a base para o desenvolvimento do tema nas escolas. Informação refere-se ao fornecimento de fatos, dados e conhecimentos específicos para conscientizar as pessoas sobre as oportunidades e escolhas financeiras e suas consequências. Já a linha formativa trata do desenvolvimento de valores e competências necessárias à compreensão de termos e conceitos financeiros, preparando as pessoas para ações educativas de projetos pessoais e sociais (ENEF, 2017c).

Para o ensino fundamental, norteada pelo documento, foi desenvolvida uma abordagem pedagógica traduzida em atividades educacionais estruturadas e alinhadas ao currículo dos nove anos dessa etapa da fase escolar. Para cada ano do ciclo, foi elaborado um livro em que a educação financeira é abordada de forma contextualizada com outros conteúdos dos currículos disciplinares correspondentes ao ano escolar.

Para o Ensino Médio,

o livro do aluno é composto por diversas situações didáticas que contextualizam os conceitos de educação financeira aplicados ao seu dia a dia. Essa proposta, além de facilitar a compreensão dos conceitos, também fornece informações e condições para que os estudantes transformem os conhecimentos em comportamentos financeiros saudáveis (ENEF, 2017d).

Além dos estudantes, os professores também foram contemplados com livros que refletem os materiais dos alunos, possibilitado orientá-los para discutir e aplicar as situações didáticas. A proposta pedagógica desse material, buscou ser flexível e adaptável, sempre considerando a postura participativa e cooperativa por parte do educador e do aluno que irão utilizá-lo.

Durante o período de 2010 a 2011 foi aplicado o projeto piloto “Educação Financeira nas Escolas”, em 891 escolas públicas de Ensino Médio de seis unidades de federação. Para analisar conhecimento de educação financeira dos alunos antes do início do programa e como está o desenvolvimento desse tema nas escolas. Os resultados desse projeto piloto, estão no documento “O impacto da educação financeira no Ensino Médio no Brasil” (BM&FBOVESPA, [2013]), produzido pela equipe do Banco Mundial, participante nesta avaliação que está disponível no *site* vidaedinheiro.gov.br

O projeto piloto de educação financeira incluía atividades a serem realizadas em casa pelos alunos com os seus pais ou responsáveis, e um workshop para esses pais e responsáveis que já tinham algum conhecimento de educação financeira. Os resultados das avaliações dessas

ações indicaram impactos positivos no comportamento e relação dos estudantes e dos adultos com assuntos relacionados ao dinheiro e às finanças domésticas.

Os resultados relatados no documento sugerem que o programa de educação financeira nas escolas aumentou o conhecimento financeiro dos alunos e melhorou suas atitudes financeiras. Notavelmente se percebeu que os alunos por causa do programa estão mais dispostos a poupar e administrar suas despesas, conversar com seus pais sobre questões financeiras e ajudar a organizar o orçamento familiar. Esses efeitos se mantiveram em curto e no longo prazo, o que permite afirmar a sustentabilidade e longevidade do treinamento que os alunos receberam na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, as políticas públicas são ações que visam sanar um problema público, seja ele um excesso, uma carência ou um risco que afete a sociedade, podendo partir de iniciativa governamental, privada ou social. Como forma de solução desses problemas são necessárias formas de intervenção, elaboradas e implementadas a partir de uma série de etapas no desenvolvimento dessa política pública, o que chamamos de ciclo das políticas públicas.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) passa por quase todas as etapas do ciclo de políticas públicas, uma vez que, para ela se iniciar foi necessário identificar o problema da escassez da educação financeira e, a partir da seleção desse problema como prioridade na agenda governamental iniciaram-se a elaboração de ações a fim de resolver o problema. Com isso, buscaram alternativas que serviram para sanar a questão da falta de educação financeira. Os agentes envolvidos na elaboração da estratégia ainda avaliam todas as alternativas e adotaram aquelas que acreditam ser mais eficazes e, só a partir disso, é que se realizaram a implementação das ações selecionadas. Já o processo de avaliação, ocorre periodicamente fazendo com que se possa verificar a eficácia das ações em cada área e quando necessário são feitas alterações e ajustes nessas ações. A ENEF é uma ação com caráter de política de Estado, permanente, que mobiliza diversos setores para promover a educação financeira no Brasil e fortalecer a cidadania.

A principal ideia é fornecer aos cidadãos as condições para aprender medidas econômicas conscientes de forma independente, consolidando o poder de crescimento e ampliando a proteção das pessoas que buscam empreender no sistema financeiro.

O objetivo final da ENEF é subsidiar a população com conhecimentos e habilidades para lidar com assuntos ligados às finanças e orçamentos pessoais de forma que possam gerir

melhor seu dinheiro e tomar melhores decisões com seus gastos e investimentos. A melhor opção encontrada foi fazer isso a partir da educação básica, da escola. É a escola o espaço primordial para o desenvolvimento dos cidadãos. Abordada de forma transversal como orienta a Base Nacional Comum Curricular, a educação financeira pode e deve fazer interlocução com várias disciplinas do currículo escolar. Para isso, a ENEF disponibiliza diversos cursos e materiais didáticos em sua página na internet, oferecendo recursos, materiais e atividades para auxiliar os professores na sua atuação em sala de aula, bem como sua formação através de cursos.

Por fim, respondendo ao questionamento inicial sobre a ENEF ser uma política pública para a educação, consideramos que ela pode, sim, ser considerada uma política pública. Além de se encaixar em quase todas as etapas do ciclo de políticas públicas, ela é articulada/complementada por outros entes e ações, como a AEF-Brasil e a Base Nacional Comum Curricular.

Se bem aproveitada e aplicada nas redes de educação, sejam públicas ou privadas, a Estratégia Nacional de Educação Financeira tem potencial de fazer uma grande diferença não apenas na vida dos estudantes e seus familiares, mas para o futuro econômico do País.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasil: Implementando A Estratégia Nacional de Educação Financeira [versão em português]. In: OCDE (org.). **Advancing National Strategies for Financial Education**, Paris, 2013. [Versão em português] disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BM&FBOVESPA. **Resultados da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas**. São Paulo, [2013]. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em 25 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021

BTG Pactual digital - Blog. **Educação Financeira**: o que é, por que é importante e dicas. 2017. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/blog/financas/educacao-financeira>>. Acesso em 21 nov. 2020.

CAPITAL NOW. **ENEF**: para que serve a Estratégia Nacional de Educação Financeira? [S.l.]: Capital Now por Onze, 2020. Disponível em: <<https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/enef/>>. Acesso em:

CUNHA, Márcia Pereira. O Mercado Financeiro Chega à Sala de Aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e218463, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Como Implementar**. 2017c. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/como-implementar/>>. Acesso em 22 jan. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Orientação para Educação Financeira nas Escolas**. 2017b. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Para crianças e jovens**. 2017d. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira, 2011. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Quem somos**. 2017a. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**: Essencial: 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

KIYOSAKI, Robert. **Independência Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Trabalhando com o Brasil**. Políticas melhores para uma vida melhor. Jul. 2005. Disponível em: < <http://www.oecd.org/brazil/Active-with-Brazil-Port.pdf> > Acesso em: 02 dez.2020.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SALEH, Abdala Mohamed; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 189-214, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SPERANDIO, Luan. Por que o Brasil é um país de analfabetos financeiros – e como isso atrapalha a nossa vida. Entrevistado: Gerson Caner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/>> Acesso em: 22 nov. 2020.

STEHLLING, Priscilla; ARAÚJO, Meire. Alfabetização Financeira. **Revista da Escola Adventista**, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://empreendedorcapixaba.files.wordpress.com/2009/12/alfabetizacao_financeira1.pdf> Acesso em: 26 jan.2021.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Orientador: Cileda de Queiroz e Silva Coutinho. 2015. 159 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.